

SABRINA CUNHA TAVARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: O PAPEL DA
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NA CONSOLIDAÇÃO
DE ALTERNATIVAS QUE VISAM A SUSTENTABILIDADE.**

Goiânia

2008

SABRINA CUNHA TAVARES

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: O PAPEL DA
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NA CONSOLIDAÇÃO
DE ALTERNATIVAS QUE VISAM A SUSTENTABILIDADE.

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof^a. Dr^a. Divina Eterna Vieira Marques.

Goiânia

2008

“A Comunicação Social desempenha seu papel fundamental de levar a informação ao conjunto dos cidadãos para criar uma consciência ambiental, pois o verdadeiro inimigo do meio ambiente é a desinformação, reforçada pela contingência de estarmos cada vez mais afastados do meio natural. Este é, portanto, um desafio ético: o de contribuir para a formação de uma política ambiental, no sentido de ampliar o debate da relação entre a sociedade e as formas de poder e as condições em que este é exercido em função da *polis* – o meio ambiente social.”

Lúcia Duarte

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é estabelecer uma relação entre a comunicação institucional, prática que visa à construção e manutenção de uma imagem e identidade positivas de uma instituição, e a responsabilidade ambiental que a corporação pratica em busca do desenvolvimento sustentável, termo em emergência nas políticas empresariais. Para tanto, foram feitas análises de referencial teórico e pesquisas bibliográficas sobre obras de autores que abordam incansavelmente estes temas. Será apresentado um breve histórico sobre o meio ambiente e os problemas ambientais que o planeta enfrenta. A comunicação institucional vai ser definida, segundo os autores estudados, e relacionada ao tema do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. No final desse estudo, utilizaremos como exemplo positivo o caso da Petrobrás, companhia petrolífera que utiliza a comunicação institucional aliada ao desenvolvimento e divulgação das suas práticas ambientais.

Palavras-chave: comunicação institucional, meio ambiente, responsabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The main objective of this work is to establish a connection between the institutional communication, practical that it aims at the construction and maintenance of a positive image and identity of an institution, and the ambient responsibility that corporation practices aiming at the sustainability, term in emergency in the enterprise politics. For this, had been made analyses of theoretical referential and bibliographical research on workmanships of authors that approach this subject untiringly. It will be presented a historical briefing on the environment, the ambient problems that the planet faces, the definition of the term ambient sustainability and its importance for the future. The institutional communication will be defined, according the studied authors, and will be related to the environment theme and to the sustainability. In the end of this study, we will use as a positive example the case of Petrobras, a petroliferous company that uses its institutional communication related to the development and spreading of its ambient practical.

Key words: institutional communication, environment, ambient responsibility, sustainability.

Sumário

Introdução	7
Movimento Ambientalista e Conferências Ambientais.....	11
Conferência de Estocolmo.....	14
Conferência Rio – 92.....	17
Conferência Rio + 10.....	19
Os atuais desafios do meio ambiente.....	21
Aquecimento Global.....	22
Água e Saneamento Básico.....	24
Energia.....	25
Gestão Ambiental.....	27
Comunicação Organizacional e Institucional.....	32
Histórico da Comunicação Organizacional no Brasil.....	32
Conceitos de Comunicação Organizacional.....	33
Comunicação Institucional.....	37
Comunicação Integrada: o modelo ideal da comunicação.....	39
Conclusão.....	41
Referências Bibliográficas.....	44

INTRODUÇÃO

Há alguns anos atrás, muito pouco se ouvia falar em preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. O assunto só fazia parte da pauta dos ambientalistas, que muitas vezes eram marginalizados e vistos apenas como os defensores da arara-azul e do mico-leão-dourado, figuras frequentemente estampadas em suas camisetas. Talvez, se a sociedade os tivesse ouvido a tempo, não teríamos chegado ao ponto crítico no qual nos encontramos hoje.

A relação do homem com a natureza merece destaque e análise de sua trajetória. A humanidade estabeleceu, desde os primórdios, uma relação de domínio sobre a natureza. Desde o *Homo Erectus*, que descobriu como produzir fogo e mantê-lo, passo fundamental para sua sobrevivência em um ambiente hostil, passando pela domesticação de animais no período neolítico e chegando à Revolução Industrial do século XVIII, que deu origem a toda uma ciência tecnológica que tem como objetivo final dominar o meio ambiente e os fenômenos naturais.

Percebe-se assim o distanciamento estabelecido entre a humanidade e o mundo natural: o homem não se vê como parte integrante da natureza. Apesar da evolução que podemos constatar ao longo de algumas décadas, a maioria das pessoas ainda pensa em meio ambiente como flora e fauna, não compreendendo a abrangência deste termo e não se incluindo nesse sistema. Por definição, meio ambiente constitui o conjunto de fatores que afetam o modo de vida de um ser vivo ou de uma espécie, incluindo os próprios seres que coabitam o ambiente. Portanto, é imprescindível admitir a influência da cultura humana e de suas ações sobre o meio ambiente, já que a falta de informação a esse respeito é a principal responsável pela degradação causada pelas ações antrópicas.

Após séculos e séculos de utilização exploratória de recursos e de falta de consciência ambiental, nos deparamos, ainda perplexos, com as conseqüências de tais atitudes. A partir da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento sediada no Rio de Janeiro em junho de 2002 e apontada como marco na mudança de comportamento ambiental, tivemos uma maior exposição dos problemas que o planeta já enfrentava e suas projeções futuras. Outros encontros já tinham sido

realizados, tal como a Conferência de Estocolmo em 1972, mas nenhum teve tamanha importância e amplitude quanto o realizado em 92, talvez pelo agravamento evidente nos vinte anos que as separaram, o que despertou uma maior urgência na busca de soluções. O evento, do qual participaram representantes de vários países, contou com imensa cobertura jornalística, o que teve como resultado uma abordagem massiva da mídia a respeito do tema, fato que ainda não tinha ocorrido com tamanha intensidade no país. A partir de então, a sociedade tomou conhecimento dos problemas pelos quais o planeta estava passando, o que gerou uma maior conscientização ambiental da população. Além de toda a informação gerada, a conferência também produziu importantes documentos como a Agenda 21 e a Carta da Terra, que, em suma, buscam soluções sustentáveis para o meio ambiente.

Dentre os problemas abordados pela Rio-92 e pelas demais conferências que a sucederam, destacam-se o aquecimento global, causado principalmente pelo aumento da incidência dos raios solares a atmosfera da Terra, consequência da diminuição da camada de ozônio; a utilização de fontes de energia não-renováveis, que têm como matéria-prima principal combustíveis fósseis como o petróleo, que além de esgotável, causa a poluição atmosférica a partir do CO₂ liberado em sua combustão; a situação da água doce no planeta, que muitos especialistas acreditam que possa ser a causa de uma próxima guerra mundial; a necessidade de preservação da biodiversidade, principalmente no Brasil, que concentra uma das maiores riquezas de espécies do planeta; o desmatamento das florestas tropicais, já que essa ação contribui em grande parte com a emissão de gases do efeito estufa e pelo fato dessas florestas estocarem grande quantidade de carbono e abrigarem grande parte da biodiversidade encontrada no planeta; o processo de desertificação, que consiste na perda da capacidade produtiva do solo que ocorre pela ação do homem a partir do desmatamento, queimadas e agricultura predatória e também por questões climáticas, como o efeito estufa e as chuvas ácidas.

As mazelas ambientais são hoje estritamente atribuídas ao modelo de desenvolvimento econômico predominante na maioria dos países do globo: o capitalismo. O modo de produção capitalista tem como fundamentos o desenvolvimento econômico a qualquer custo, a livre concorrência e a diminuição de custos para conseqüente aumento dos lucros. Essas características do sistema visam, por fim, gerar

e desenvolver um amplo mercado consumidor de bens e serviços. A origem dos produtos colocados à disposição desse mercado de consumo é a indústria, que consome matéria-prima extraída predatoriamente da natureza, como a lenha e o carvão, o que ocasiona o desmatamento, além da poluição gerada pelos gases emitidos através das chaminés dessas indústrias.

No aspecto econômico, o capitalismo incentiva a desigualdade de distribuição de renda, uma vez que, para obter maior lucro, os empregadores pagam salários baixos aos seus trabalhadores. Os que não tem condições de consumir em um ritmo acelerado ficam resignados à marginalização e à miséria. O desenvolvimento econômico aumenta ainda mais o poder de consumo da sociedade, agravando assim, num ciclo vicioso, os problemas ambientais. Segundo Washington Novaes, “se a economia mundial continuar crescendo entre 2 e 4% ao ano, o PIB mundial passará de US\$20 para US\$ 200 trilhões em 50 anos – e isso seria insustentável, pois o consumo de recursos hoje já está próximo do limite suportável.” (NOVAES, 2002, p.43). O sistema social mostra-se então incapaz de manter suas formas e ritmo de crescimento sem destruir o meio em que se encontra.

Por tudo isso, atualmente, o assunto meio ambiente vem sendo discutido em todas as esferas da sociedade, em todos os lugares. A preservação ambiental tornou-se abordagem essencial entre representantes do governo, organizações ambientalistas e cidadãos comuns. Inclusive as grandes empresas, muitas vezes consideradas grandes vilãs da natureza, procuram hoje maneiras de diminuir os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. A busca pelo desenvolvimento sustentável dá origem a políticas ambientais fortes e bem estruturadas por parte das organizações. Aliada a essas políticas, encontramos a comunicação institucional. Responsável por criar uma imagem favorável perante os públicos da organização, a comunicação institucional estabelece o desenvolvimento da responsabilidade ambiental e a divulgação das ações executadas pela organização.

O propósito deste trabalho é pesquisar e trazer à tona o papel da Comunicação Institucional na construção do desenvolvimento sustentável. Ao final desse estudo, citaremos como exemplo a comunicação institucional da Petrobrás Petróleo S.A.

No primeiro capítulo, trabalharemos os conceitos de meio ambiente, o histórico dos movimentos ambientalistas, as conferências ambientais realizadas pela ONU e suas especificidades. No segundo capítulo abordaremos a problemática do meio ambiente na atualidade, especificando cada um deles. Além disso, abordaremos a gestão ambiental das empresas como face importante na questão dos problemas ambientais. No terceiro capítulo conceituaremos a comunicação institucional e suas variadas divisões e aplicações. Em seguida, iremos concluir com a relação entre a comunicação e a busca do desenvolvimento sustentável.

1 – MOVIMENTO AMBIENTALISTA E CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS

Não é possível estabelecer um começo exato do movimento ambientalista: as manifestações ambientais começaram a emergir em lugares distintos, em épocas distintas e por motivos variados. Primeiramente se restringiam às ações isoladas e pessoais, com abrangência local. A partir do momento em que esses indivíduos formam grupos com um objetivo comum, começam a dar início a um movimento nacional. Logo, o que parecia ser algo pequeno, que dizia respeito apenas à determinada população regional ultrapassa limites fronteiriços e torna-se um movimento mundial.

“De todas as revoluções conceituais do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejados por profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra.” (MCCORMICK, 1992, p. 15).

Para McCormick (1992), a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, em 1949, juntamente com a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), ocorrida um ano antes, foi o primeiro grande marco do ambientalismo mundial, seguida pela Conferência de Estocolmo.

Já nos anos 60, a emergência do movimento ambientalista se dá pela criação e desenvolvimento dos grupos e organizações não-governamentais, as chamadas ONGs. A primeira a ser criada, em 1961, na Suíça, foi a WWF (Fundo para a Vida Selvagem). Oito anos depois, em 1969, seria fundado o Greenpeace, consolidado como o maior grupo de defesa do meio ambiente no planeta. Além de lutar contra a degradação ambiental, o Greenpeace defende o pacifismo mundial. Utiliza o seu prestígio para chamar a atenção da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, com o objetivo de pressionar órgãos políticos e obter mudanças favoráveis às causas que

defendem, atuando, assim, como mediadora. Sobre a importância das ONGs, ressalta Barbieri:

“As Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm desempenhando um papel fundamental na construção dessa nova ordem, talvez mais importante do que as organizações governamentais e intergovernamentais, pois geralmente não se encontram comprometidas com interesses de curto prazo, decorrentes de questões eleitorais e partidárias. Muitos eventos importantes têm sido realizados pelas ONGs sem fins lucrativos[...]. Todas essas iniciativas de alguma forma contribuíram para consolidar a percepção da necessidade de encontrar um outro modo de desenvolvimento.” (BARBIERI, 1997, p. 22).

É a partir da década de 70 que o ambientalismo expande suas fronteiras e deixa de ter um caráter emocional e amador para atingir as esferas racionais, políticas e econômicas. A Conferência de Estocolmo, em 1972, consolida o movimento ambientalista e desperta a preocupação do sistema político. Começam então a surgir as agências de meio ambiente, além da criação dos primeiros partidos que adotam como idealismo principal as questões ambientais, os chamados “partidos verdes”. O sistema político passa, a partir de então, a incluir e tornar institucionais as questões ambientais.

No âmbito econômico, o ambientalismo começa a tomar forma a partir da Comissão Brundtland, criada em 1983 e que deu origem ao relatório “Nosso Futuro Comum”. A partir deste relatório, surge o conceito de desenvolvimento sustentável que passa a ser adotado pelas empresas, principalmente nos anos 90.

Para McCormick (1992), o movimento ambientalista é, fundamentalmente, relacionado com a proteção e administração do meio ambiente natural e humano. Pode ser entendido como um grupo organizado a partir de uma necessidade de proteção ambiental, que critica a ordem existente e que entende que o modelo contemporâneo atual de desenvolvimento é insustentável. A partir disso, busca a realização de transformações para mudar a trajetória da sociedade atual.

As descobertas científicas encontram-se intimamente relacionadas ao desenvolvimento do movimento ambientalista. A partir do momento em que se tinha maior acesso aos avanços científicos, mais se tornava claro o processo de deterioração pelo qual o planeta passava e a consciência ambiental começava a tomar forma. A

ciência traz a possibilidade de compreensão dos problemas ambientais e possíveis soluções. Surge a consciência das possibilidades de autodestruição da humanidade, seja através de arsenais que possam construir, seja através das mudanças climáticas e degradações ambientais que causam no planeta. O consenso de que os recursos naturais são finitos, principalmente a água, elemento tão essencial à nossa sobrevivência, constitui o maior apelo por mudanças de conduta na sociedade.

O processo de globalização chega para consolidar o movimento ambientalista. Intensificada na década de 1980, a globalização dá origem à diminuição das distâncias, ao aumento do fluxo de informações, ao desenvolvimento dos meios de comunicação, entre outras mudanças econômicas e políticas. O rápido fluxo de informações originado desses adventos leva a uma conscientização maior sobre os problemas, que desde sempre existiram, mas não eram de conhecimento público. Além disso, agora é possível tomar decisões de âmbito global, uma vez que as fronteiras políticas tiveram seus limites minimizados.

A disseminação do movimento ambientalista é a grande responsável por mudanças de comportamento e idéias na sociedade contemporânea. Por séculos o homem estabeleceu uma relação predatória com a natureza: seu objetivo principal era dominá-la. Ele não se via como parte integrante dela - a concepção que se tinha a respeito de natureza é que os seres não-humanos sempre existiram para servir o homem. A própria gênese diz, literalmente, que o homem deve crescer, multiplicar-se e usar a natureza a seu favor. Até mesmo a política às vezes conspira contra o meio ambiente. Marx, ao pregar a libertação do homem através da técnica, com o uso dos recursos naturais de forma indiscriminada, esqueceu-se de que sem esses recursos não haveria nem abundância, nem liberdade. Ou seja, não havendo cuidados com a natureza não haverá espaço para qualquer tipo de discussão, seja ela a favor do socialismo ou do capitalismo.

A preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deixa o plano das idéias e começa a se tornar prática a partir das conferências sobre o meio ambiente realizadas pela ONU. Da década de 70 até hoje, foram realizadas três grandes conferências de âmbito internacional: a Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia; a Rio - 92, no Rio de Janeiro em 1992; e a Rio +10, realizada na cidade de Johannesburgo, no ano de 2002.

Além da crescente preocupação com o meio ambiente, as conferências são resultado da cobrança da sociedade por ações do governo em relação aos problemas

ambientais. O agravamento dos problemas ambientais e a possibilidade do fim dos recursos naturais não deixam outra saída, até para os grandes representantes do poder capitalista, a não ser a busca imediata por soluções. Esse é o objetivo principal comum a todas essas conferências.

A influência desses encontros na sociedade em geral e em todas as esferas econômicas e políticas é muito significativa. Essas conferências deram maior visão a respeito dos problemas ambientais, seja pela grande participação de ONGs e da população em geral, seja pela cobertura da mídia. Além disso, conferiram, pela primeira vez, um caráter global aos problemas ambientais, cada qual à sua maneira.

1.1 - CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Denominada de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo foi realizada na capital da Suécia de 5 a 16 de junho de 1972. A primeira conferência oficial da ONU contou com a participação de 113 países. Reuniões preparatórias foram realizadas com o objetivo de identificar os principais problemas ambientais a serem abordados na conferência.

Anteriormente à Conferência de Estocolmo, foi realizada no ano de 1968, em Paris, a Conferência da Biosfera. Seu principal objetivo era semelhante à maioria das conferências posteriores: fazer o levantamento e a avaliação de problemas ambientais e propor ações que pudessem solucioná-los. Era composta basicamente por cientistas e, por isso, estava voltada principalmente para o aspecto científico de conservação da biosfera.

Com o lema “Uma Terra Só”, a Conferência de Estocolmo é então considerada como o marco inicial da preocupação ambiental porque foi o primeiro encontro que abordou os aspectos políticos, sociais e econômicos envolvidos nos problemas ambientais. Isso gerou, além de maior participação e interesse da sociedade e das ONGs, uma grande cobertura da mídia a respeito do encontro. É preciso ressaltar que a Conferência de Estocolmo e suas abordagens foram, em grande parte, uma extensão da Conferência da Biosfera, realizada em Paris. Assim afirma McCormick:

“O significado da Conferência da Biosfera é geralmente negligenciado, principalmente por causa do impacto público e político muito maior da Conferência de Estocolmo de 1972. Contudo, algumas iniciativas atribuídas a Estocolmo foram, em alguns casos, somente expansões de temas levantados em Paris. Alguns dos fundamentos intelectuais de Estocolmo refletiam os de Paris e algumas dentre as recomendações eram comuns a ambas as conferências.” (MCCORMICK, 1992, p. 99).

Além do grande alerta produzido em relação aos governos e à sociedade em geral, a Conferência de Estocolmo produziu uma Declaração, uma Lista de Princípios e um Plano de ação. Segundo McCormick (1992, p. 109), “*a declaração deveria ser “inspiracional”, registrando os argumentos essenciais do ambientalismo humano, e atuar como um prefácio para os princípios, delineando metas e objetivos amplos*”. O Plano de ação era composto por 109 recomendações que, segundo o autor, podem ser divididas em três categorias: administração, avaliação e medidas de apoio ambientais. A Lista de Princípios era composta por 26 princípios que poderiam ser divididos, ainda segundo o autor, em cinco grupos principais:

1- Os recursos naturais deveriam ser resguardados e conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados; 2- O desenvolvimento e a preocupação ambiental deveriam andar juntos e deveria ser dada toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos no sentido de promover uma administração ambiental racional; 3- Cada país deveria estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e explorar recursos como desejasse, mas não deveria colocar em perigo outros países. Deveria existir cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental; 4- A poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar e a poluição dos mares deveria ser evitada; 5- Ciência, tecnologia, educação e pesquisa deveriam ser utilizadas para promover a proteção ambiental.

Além desses documentos, a Conferência de Estocolmo deu origem ao Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEPE). Sua principal missão era auxiliar os países na implantação do Plano de Ação estabelecido na conferência. Apesar do empenho da conferência, o Plano de Ação não saiu do papel e, apesar de se caracterizar

como “a melhor forma institucional possível, dadas as limitações impostas pelos outros órgãos especializados da ONU e pelo baixo nível de financiamento por parte dos governos” (MCCORMICK, 1992, p. 127), a UNEP não alcançou o resultado que se esperava.

O principal resultado da Conferência de Estocolmo caracteriza-se então pela transformação da visão da natureza e do meio ambiente. Despertou nos governos a importância da compreensão das questões ambientais, além de levá-las a todas as esferas da sociedade: política, social, cultural e econômica. Além disso, este encontro evidenciou uma questão relevante que iria perdurar por todas as conferências seguintes: o conflito de interesses entre os países desenvolvidos e os não-desenvolvidos. Segundo Barbieri (1997), “*os primeiros, preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de suas cidades e outros problemas decorrentes dos seus processos de desenvolvimento. Os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que se conheciam até então*”. O Brasil, até então, adotava uma política desenvolvimentista e não mostrou preocupações ambientais concretas.

Nada de relevante aconteceu durante quase uma década. Até que em 1983, por determinação das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como **Comissão Brundtland**. Seu objetivo principal era avaliar os resultados da Conferência de Estocolmo. Sua importância aumenta a partir da descoberta do “buraco” da camada de ozônio na região da Antártida, em meados da década de 80. Seus estudos não se restringem apenas a questões ambientais, já que para Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre meio ambiente, “o meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos deu à própria expressão meio ambiente uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos.” (CMMAD apud BARBIERI, 1997, p. 25).

A comissão encerra seus trabalhos em 1987 com a elaboração do relatório denominado *Nosso Futuro Comum*. É neste relatório que surge, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo o relatório, “*o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas*.” (CMMAD apud BARBIERI, 1997, p. 25). O relatório *Nosso Futuro Comum* estabeleceu diretrizes que foram incorporadas por

diversas entidades e organizações, e também pela próxima conferência a ser realizada, a Rio-92.

1.2 - CONFERÊNCIA RIO – 92

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a segunda conferência sobre o meio ambiente realizada pela ONU. Estavam presentes no encontro representantes de 179 países, além de órgãos como o FMI e o Banco Mundial.

Paralela à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, acontecia o Fórum Global de ONGs, com a participação de cerca de 4.000 organismos envolvidos. Considerando-se que na Conferência de Estocolmo, em 1972, esse número aproximava-se de 500, pode-se observar um aumento significativo da participação desses grupos de entidades não-governamentais, que tanto contribuem para a conscientização ambiental. Além disso, realizava-se também a reunião do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (Business Council for Sustainable Development), envolvendo organizações de todo o globo e atentando para a urgente necessidade de implementação de um novo modelo sustentável para o desenvolvimento econômico.

O maior mérito desta conferência foi, sem dúvida, a mudança na maneira de se compreender os graves problemas ambientais. Para Barbieri (1997):

“Essa nova compreensão baseia-se na idéia de que meio ambiente e desenvolvimento devem ser tratados conjuntamente. São inseparáveis, como o verso e o reverso de uma mesma moeda. Essa postura significa um distanciamento das propostas do desenvolvimento tradicional, predador da natureza, excludente e, por isso mesmo, gerador de profundos desequilíbrios sociais e regionais. Significa também um distanciamento das propostas ambientalistas tradicionais, preocupadas basicamente com os efeitos do crescimento econômico sobre os estoques de recursos naturais, com a manutenção de áreas protegidas e a preservação da vida selvagem.”
(BARBIERI, 1997, p. 13-14).

Além disso, a CNUMAD teve como resultado a elaboração e aprovação de diversos documentos valiosos para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Os

documentos oficiais aprovados na Rio-92 são a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção da Biodiversidade e, o mais importante deles, a Agenda 21 Global.

A Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente abrange 27 princípios que devem ser adotados pelos Estados para garantir a integridade da vida no planeta, e têm como objetivo formular políticas e acordos internacionais que respeitem os direitos de todos no processo de desenvolvimento global. Por falta de propostas vindas de ONGs e de grupos de proteção ambiental, surge um documento denominado Carta da Terra, mais enfático e que tratava, além das questões ambientais, da defesa de grupos mais vulneráveis, como os índios e as mulheres.

Entende-se a importância da criação da Convenção sobre Mudanças Climáticas a partir da perspectiva de que esse é um dos problemas mais graves que o planeta enfrenta hoje. Seu objetivo básico era reduzir a emissão de gases que colaboram para a formação do efeito estufa e para a destruição da camada de ozônio. A principal crítica em relação à essa convenção é a falta de prazo determinado para o cumprimento do acordo. Em 1997, houve um avanço a respeito desse impasse com a assinatura do Protocolo de Quioto.

A Declaração de Princípios sobre Florestas e a Convenção da Biodiversidade não apresentaram avanço significativo para a preservação de florestas e da diversidade biológica. Segundo Barbieri (1997), os países em desenvolvimento com grandes florestas “*apoiaram-se nos princípios do direito internacional que reconhece a soberania dos países de explorar seus territórios*” para não aprovar a declaração sobre florestas, que visava estabelecer diretrizes de proteção e de exploração sustentável. A Convenção sobre a Biodiversidade explicita o conflito, mais uma vez, entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A maioria das espécies conhecidas encontra-se nos países em desenvolvimento, mas a tecnologia e o conhecimento científico para a proteção e exploração racional dessa riqueza é privilégio dos países mais ricos e desenvolvidos.

A Agenda 21 tem, como objetivo principal, implementar o desenvolvimento sustentável no planeta durante o século XXI. O conceito de desenvolvimento sustentável se consolida na Agenda 21 como “*aquele capaz de atender às necessidades das atuais gerações sem comprometer os direitos das futuras gerações.*” (NOVAES in TRIGUEIRO, 2003, p. 324). Este documento abrange diretrizes e acordos de outros

encontros, além de temas dos documentos elaborados na mesma conferência. Segundo Washington Novaes (2003):

“[...] o documento tratava de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável – passando por questões como dinâmica demográfica, proteção à saúde, uso da terra, saneamento básico, energia e transportes sustentáveis, eficiência energética, poluição urbana, proteção a grupos desfavorecidos, transferência de tecnologias dos países ricos para os pobres, habitação, uso da terra, resíduos (lixo) e muito mais.”
(NOVAES in TRIGUEIRO, 2003, p. 324).

Como a execução da Agenda 21 Global era de responsabilidade da ONU e de organismos internacionais, surgiu a necessidade de propostas específicas para regiões. Assim foram criadas as Agendas 21 Nacionais e Locais.

A realização da CNUMAD abriu as portas para outros encontros temáticos sobre o meio ambiente. Os objetivos dessas novas conferências basearam-se em implementar as declarações e convenções originados na Rio-92, além de aprofundar todos os temas abordados nessa conferência.

1.3 - CONFERÊNCIA RIO + 10

A Rio +10, ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, foi a terceira conferência da ONU sobre meio ambiente, realizada em 2002 na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. Esta reunião foi realizada com o intuito de discutir e avaliar as ações implementadas durante os dez anos que separaram esta conferência da Rio-92. Entre os temas discutidos, destacaram-se a energia, agricultura, biodiversidade e recursos hídricos.

Ao fim do encontro, foram estabelecidas metas para os dez anos seguintes. A principal delas é a de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que vivem sem saneamento básico e sem acesso à água potável.

A última grande reunião organizada pela ONU ficou conhecida como Painel de Mudanças Climáticas (IPCC). Em abril de 2008 foi realizado o quarto de uma série de relatórios. O IPCC foi organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente (UNEP) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Seu objetivo era avaliar as mudanças climáticas e seus efeitos no planeta, além de propor estratégias para a suavização desses efeitos.

Concluimos que a realização dessas conferências contribuiu significativamente para o progresso da consciência ambiental. Especialmente quando se trata dos governantes, que, pressionados por uma sociedade mais atenta e esclarecida em relação à problemática ambiental, não viram outra saída que não fosse o engajamento nessas questões e a busca de soluções eficientes. É preciso que se estabeleça um consenso entre os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento, na busca de soluções para os problemas ambientais. Além disso, é preciso buscar alternativas para o modelo econômico vigente na sociedade contemporânea, pois o que se apresenta já se provou ser insustentável para a preservação do planeta.

2 – OS ATUAIS DESAFIOS DO MEIO AMBIENTE

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 129).

Apesar das garantias previstas na própria constituição em relação ao meio ambiente, o processo de regulamentação das medidas que precisam ser tomadas como cerceamento ou punição em relação aos desvios de instituições, organizações e até mesmo da sociedade em geral, é lento e burocrático. Além disso, é preciso contar com o Congresso Nacional, onde existem divergências de pensamentos, pressão de *lobbies* e desconhecimento a respeito do assunto.

Os avanços das leis ambientais no Brasil é resultado das pressões internacionais emergentes depois da realização das três maiores conferências da ONU, além do desenvolvimento de grupos ambientalistas, principalmente após a conferência realizada no Rio de Janeiro. A abordagem intensa da mídia fez com que os problemas ambientais tomassem uma outra dimensão. É justamente pelo fato de se tornar público que o tema exige uma tomada de soluções e mudanças.

O que podemos observar é que, apesar de uma legislação ambiental ampla e da grande quantidade de órgãos ambientais, não existe uma preservação ambiental efetiva. As ações ambientais são quase sempre corretivas, quase nunca preventivas. As multas nem sempre são aplicadas com rigor, e quando são, não são estabelecidos valores suficientes para a recuperação da degradação causada.

O meio ambiente ainda é visto como uma responsabilidade exclusiva do governo. A sociedade não exerce o artigo 225 da Constituição Brasileira de forma plena. É dever de todos manter o ambiente em equilíbrio, já que tê-lo equilibrado é um direito previsto na Constituição. Nenhum governo conseguirá preservar o meio ambiente sozinho: a burocracia existente nas três esferas do poder, além da falta de recursos técnicos, científicos e humanos dificulta a eficiência das políticas ambientais. Além disso, uma mudança na gestão de recursos ambientais vai de encontro aos interesses políticos e eleitorais. Por esses motivos as parcerias entre governo e o setor

privado são cada vez mais freqüentes. A inclusão da questão da educação ambiental no processo de aprendizagem também se faz essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ecológica e de uma profunda transformação na formação dos indivíduos.

Os grandes problemas ambientais com os quais convivemos na atualidade são, portanto, resultado de uma tardia preocupação com a problemática ambiental e da ineficiência das políticas ambientais adotadas por governos de todo o mundo. Aparecem como consequência da adoção de um modelo insustentável de desenvolvimento e crescimento econômico. De acordo com a sua gravidade e com a urgência de soluções, eles se tornam mais freqüentes nas abordagens da mídia e na discussão de todas as esferas da sociedade. Podemos destacar entre os maiores problemas ambientais da atualidade a questão do aquecimento global, a temática da água e do saneamento básico e a problemática da energia. Além disso, é preciso falar sobre a gestão ambiental, pois aí é que a maior parte das decisões é consolidada. A seguir, iremos nos atentar para as especificidades de cada uma dessas questões levantadas.

2.1 – AQUECIMENTO GLOBAL

Um dos problemas mais graves enfrentados pelo planeta na atualidade é o chamado aquecimento global. Este termo refere-se ao aumento da temperatura do ar próximo à superfície da Terra e também à elevação da temperatura dos oceanos.

Há uma grande discussão em torno das causas desse aquecimento do planeta. Segundo Novaes (2002), “*o planeta já passou por outros períodos de aquecimento semelhantes ao atual, com consequências dramáticas.*” (NOVAES, 2002, p. 132). Portanto, alguns poucos especialistas ainda discutem se esse fenômeno é completamente causado por ações do homem ou se é, em parte, resultado de fatores naturais.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, no seu relatório mais recente, afirma que grande parte do aquecimento observado nos últimos anos está relacionada à emissão de gases poluentes como o dióxido de carbono (CO²). Os responsáveis pela liberação de CO² na atmosfera são as atividades industriais e os meios de transporte, já que a queima de combustíveis fósseis é o maior fator de geração desses gases. Outra fonte considerável de gases poluentes são as queimadas para fins agrícolas e o desmatamento das florestas. O acúmulo desses gases poluentes gera o “efeito estufa”. Este processo ocorre quando parte da radiação solar refletida pela superfície

terrestre é absorvida por esses gases presentes na atmosfera, gerando a retenção de calor.

Em dezembro de 1997, no Japão, foi aprovado o Protocolo de Quioto. Este documento trata-se de um acordo internacional que propõe níveis rígidos na diminuição da emissão de gases que provocam o efeito estufa. Essa diminuição estava direcionada apenas aos países desenvolvidos, não apresentando metas para os países em desenvolvimento. O maior emissor de gases poluentes, os Estados Unidos, se recusam a ratificar o Protocolo de Quioto. Segundo Viola (2003):

“Em março de 2001, o governo Bush anunciou oficialmente que se retirava das negociações do Protocolo de Quioto por considerá-lo inapropriado para lidar com a mudança climática por duas razões: a falta de relevância depositada nos mecanismos de mercado e o não-estabelecimento de compromissos para os países de renda média com rápido crescimento de emissões”. (VIOLA in TRIGUEIRO, 2003, p. 196).

Apresenta-se como conseqüência do aquecimento global, além das mudanças climáticas e do aumento da temperatura do planeta (estudos prevêm um aumento de até 5° C até o fim deste século), a elevação dos níveis dos oceanos. Isso se deve ao aumento da temperatura dos oceanos e à incidência dos raios solares, que causam o derretimento das geleiras polares e europeias. Dados do Centro Nacional de Oceanografia de Southampton, no Reino Unido, “*destacam a plausibilidade de projeções elevadas, da ordem de 1 metro, para a alta do nível das águas até 2100*”.

A dificuldade para a construção de um modelo para atenuar as mudanças climáticas são responsabilidade dos principais países do mundo. Acontece uma maximização do interesse nacional em detrimento do bem mundial. Já deve ser considerada uma possível adaptação às mudanças climáticas, já que o consenso para sua erradicação parece muito distante.

2.2 – ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

O risco da escassez de recursos hídricos e a imensa quantidade de pessoas que vivem sem ter acesso ao saneamento básico no mundo constituem-se como um dos grandes problemas ambientais na atualidade. Essa afirmação parece clara devido à importância da água para os seres humanos: além de saciar a sede, a água compõe aproximadamente 70% do nosso corpo. Já o saneamento básico é primordial para uma qualidade de vida razoável e para evitar doenças.

O planeta Terra é coberto por 71% de água, o que representa, aproximadamente, 1,386 bilhões de km³ de água. Deste total, 97% é água salgada, espalhada pelos oceanos, lagos salgados e aquíferos salinos. Dos outros 3% restantes, apenas 1/3 encontra-se disponível para o uso dos indivíduos.

A maioria das pessoas acredita que a água é um recurso renovável, devido ao seu ciclo natural que envolve as precipitações e a evaporação da água dos oceanos. Todavia, é preciso entender que a água potável é um recurso finito. O volume de água doce na superfície da Terra é fixo: não pode aumentar e nem diminuir.

A maior parte de nossas águas vem dos aquíferos, reservas de água subterrâneas. Estes se renovam de maneira lenta, com a infiltração das águas da chuva nos solos e rochas. O ritmo que vem sendo utilizado na extração de água dos aquíferos é insustentável, na medida em que extraímos água em uma quantidade e velocidade muito maior do que a renovação natural consegue repor.

Os hábitos das pessoas em suas casas, como tomar banhos demorados, regar as plantas e encher as piscinas devem ser controlados. Mas não é nesse contexto que se utiliza a maior quantidade de água. Segundo Clarke e King (2004), *“mais de dois terços do consumo de água no mundo todo serve para irrigar lavouras e para os animais”*. Ainda para esses autores, a indústria aparece como o segundo maior usuário de água – 21% do total mundial. Além disso, a água utilizada por essas indústrias, ao final do processo, encontra-se tão poluída que não pode ser reutilizada facilmente e acaba voltando para o ambiente desta forma.

As causas da escassez da água terão múltiplas facetas. A poluição da água causada pelas indústrias e pela agricultura, os desvios dos cursos naturais dos rios para irrigação e os represamentos feitos por hidrelétricas são, sem dúvida, fatores graves causadores da escassez. Outro fator de grande relevância é o crescimento populacional acelerado. Quanto maior a população, menos água disponível. Ao longo do século XX,

a população mundial aumentou três vezes, enquanto o consumo global de água foi multiplicado por sete. Tudo isso em uma realidade constante dos recursos hídricos que, como já citamos, tem um volume fixo na superfície terrestre.

Mais de 2 bilhões de pessoas não tem acesso ao saneamento básico. Segundo Clarke e King (2004), entende-se por saneamento básico as “*instalações sanitárias particulares ou em comum (mas não públicas), que evitem o contato das fezes com pessoas e outros animais, incluindo insetos*”. Boa parte deste esgoto é jogada nos rios e lagos, desaguando posteriormente no mar.

A falta de saneamento acarreta diversas doenças infecciosas, a partir da contaminação da água e do solo por agentes patogênicos presentes nas fezes humanas e dos animais. Essa contaminação ocorre pela água potável e pela água utilizada no cultivo de alimentos.

Muitos apontam a escassez da água como a principal motivação para uma terceira Guerra Mundial. E isso não está tão distante, se analisarmos os “hidroconflitos” já existentes em várias regiões do Oriente Médio. O Brasil pode ser o principal alvo desses conflitos: a quantidade de chuvas anuais e a presença de quatro grandes bacias hidrográficas fazem do nosso país o detentor de 12% da produção hídrica mundial.

2.3 – ENERGIA

A problemática da energia se apresenta hoje como a principal questão ambiental a ser solucionada. Esta questão deve ser ponderada a partir das fontes renováveis e não-renováveis de energia, além da poluição causada por esta última, a eminência de seu esgotamento e de sua contribuição para o aquecimento do planeta.

“[...] por recurso renovável se entende aquele que pode ser obtido indefinidamente de uma mesma fonte, enquanto o não-renovável possui uma quantidade finita, que em algum momento irá se esgotar se for continuamente explorado. Na realidade, todos os recursos podem se renovar através de ciclos naturais, embora alguns possam levar até milhões de anos, que é impensável para o padrão humano de tempo.” (BARBIERI, 2007, p. 9).

As fontes de energia não-renováveis originam-se da sedimentação de matéria orgânica de plantas e animais. Dão origem a três tipos de combustíveis fósseis: o petróleo, o carvão e o gás natural. O crescimento acelerado da população tornou necessária a utilização exacerbada destes tipos de energia. O petróleo, amplamente utilizado pelo crescente número de automóveis das cidades, e o carvão e o gás natural que movem as máquinas industriais, apresentam impactos significativos no meio ambiente e na vida da população urbana.

“A emissão de combustíveis fósseis relativas à energia, incluídas no setor de transportes, são grandes responsáveis pela poluição urbana e consideradas responsáveis por aproximadamente 800.000 mortes anuais no mundo. Precusores da deposição de ácido oriundos da combustão de fósseis podem ser precipitados a milhares de quilômetro de distância do seu ponto de origem, freqüentemente ultrapassando fronteiras nacionais.” (GOLDEMBERG in TRIGUEIRO, 2003, p. 174).

A queima de combustíveis fósseis é a maior responsável pela produção de dióxido de carbono (CO²). Além da poluição visível que causa na atmosfera, este gás é um dos principais causadores do efeito estufa, que dá origem ao aquecimento global. Este seria o problema real da utilização de energias não-renováveis, já que, segundo Goldemberg, “o esgotamento das fontes de energia convencionais não parece ser um problema imediato, porque existem reservas das principais fontes de energia fóssil para, pelo menos, trinta ou quarenta anos”. (GOLDEMBERG in TRIGUEIRO, 2003, p. 173).

Os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) confirmaram o aumento da temperatura da superfície terrestre, o derretimento das geleiras e o conseqüente aumento do nível dos oceanos. Evidenciaram, assim, que o aumento das concentrações de gases do efeito estufa contribuiu decisivamente para o aquecimento global ao longo dos anos. Segundo Goldemberg (2003), os relatórios do IPCC tiveram influência decisiva nas decisões dos governos de todo o mundo, além de incentivar a adesão do Protocolo de Quioto, peça fundamental no combate ao aquecimento global.

O Brasil se encontra em uma situação privilegiada no que diz respeito a fontes renováveis de energia. De acordo com Novaes (2002):

“Mais da metade da energia produzida no Brasil provém de fontes renováveis – o que significa enorme vantagem estratégica diante de países que dependem fundamentalmente de fontes não-renováveis como o petróleo. A energia hidráulica responde por 36,8% (dados de 1995), o carvão vegetal e a lenha por 11,7%, o álcool e o bagaço por mais 11%. Ao petróleo cabe menos de um terço da energia total. Além disso, o país tem excepcionais possibilidades no campo de outras energias alternativas, como os óleos vegetais, energia solar, energia eólica, etc.”. (NOVAES, 2002, p. 109).

O ProÁlcool – Programa Nacional do Álcool, é um exemplo bem-sucedido de busca de alternativas ao modelo atual de energia. Trata-se de um programa que visa à substituição em larga escala da utilização de derivados do petróleo, fomentando a produção de automóveis movidos a etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar. Seu propósito quando foi criado, em 1975, era diminuir a dependência que o país tinha da importação de petróleo. Hoje, surge como alternativa para o desenvolvimento de uma energia limpa, além da grande aceitação que este tipo de combustível obteve por parte dos consumidores, já que, além de poluir menos, é mais barato do que a gasolina originária do petróleo.

Consolida-se então como a busca de soluções para o problema da energia e do aquecimento global a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, a partir da adoção de energias renováveis, além da recaptura desses gases poluentes que são emitidos, conseguida através do reflorestamento que, segundo Goldemberg (2003), “recaptura e fixa o carbono da atmosfera”.

2.4 – GESTÃO AMBIENTAL

É no âmbito das empresas e das indústrias que a maioria das ações ambientais toma forma. Por serem apontadas como as maiores causadoras dos problemas ambientais, as estratégias e políticas ambientais das empresas e organizações de qualquer porte atuam decisivamente na busca de soluções para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

A solução dos problemas ambientais exige uma nova postura de empresários e administradores, que devem considerar o meio ambiente nas suas decisões e planos

estratégicos, adotando políticas administrativas que contribuam para a ampliação da capacidade de suporte do planeta. Espera-se, assim, que as empresas deixem de ser vilãs nos problemas ambientais e passem a fazer parte das soluções.

As preocupações dos empresários a respeito das questões ambientais são resultados de pressões exercidas por três esferas: o governo, a sociedade e o mercado. Segundo Barbieri (2007), *“se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental. As legislações ambientais geralmente resultam da percepção de problemas ambientais por parte de segmentos da sociedade que pressionam os agentes estatais para vê-los solucionados”*. (BARBIERI, 2007, p. 113).

A globalização traz como consequência o impacto importante das questões ambientais sobre a competitividade dos países e de suas empresas. A harmonização das questões ambientais tornou-se questão fundamental, devido a sua influência sobre a competitividade das empresas no comércio internacional. Outro ponto importante, ainda no aspecto de competitividade, seria a pressão exercida pelos investidores, que procuram minimizar os riscos de seus investimentos. Uma empresa que não cumpre a legislação ambiental pode comprometer sua rentabilidade futura, já que essas ações podem ser cobradas no futuro, através de ações judiciais.

De acordo com Barbieri (2007), *“uma empresa sustentável seria aquela que cria valor de longo prazo aos acionistas ou proprietários e contribui para a solução de problemas ambientais e sociais”*. Ainda de acordo com o autor, as empresas sustentáveis devem satisfazer as necessidades atuais usando os recursos de modo sustentável, manter um equilíbrio em relação ao meio ambiente natural, além de restaurar qualquer dano a ele causado e contribuir para solucionar problemas sociais emergentes. Tudo isso focando o seu objetivo vital, o de gerar renda suficiente para se sustentar e gerar lucro.

Outro grande impulso para uma mudança nas políticas empresariais em relação ao meio ambiente diz respeito ao aumento da consciência da população e dos consumidores que buscam, cada vez mais, produtos ambientalmente corretos. Fato que exemplifica esta afirmação é o surgimento dos rótulos ou selos verdes, que destacam as qualidades de um produto em termos ambientais e a busca contínua dos consumidores por estes atributos.

A partir desta abordagem percebemos que os problemas ambientais são tratados pela empresa como questões de estratégia. Segundo Barbieri (2007), *“por estratégia*

pode-se entender o estabelecimento de objetivos e ações que alcancem efeitos no ambiente de negócio em que a empresa atua ou pretende atuar, colocando-a numa posição de vantagem”. (BARBIERI, 2007, p. 126). Os problemas ambientais adquirem importância estratégica a partir do aumento do interesse da opinião pública pelas questões ambientais e o aumento da quantidade de consumidores que buscam por produtos e serviços que respeitem a natureza. Ainda de acordo com o autor, a gestão ambiental pode proporcionar diversos benefícios estratégicos, como a melhoria da imagem institucional, o aumento da produtividade, maior comprometimento dos funcionários, melhores relações com autoridades políticas e com a sociedade em geral, além de maiores facilidades para cumprir os padrões ambientais.

A gestão ambiental compreende, segundo Barbieri (2007):

“[...] as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.” (BARBIERI, 2007, p. 25).

As propostas de gestão ambiental de uma empresa devem, de acordo com o autor, se apoiar em três critérios: eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente. A adoção dessas propostas visa contribuir para a geração de renda e riqueza, minimizar seus impactos ambientais e maximizar os benefícios à sociedade.

A gestão ambiental começou efetivamente pelos governos dos Estados nacionais e desenvolveu-se à medida que os problemas surgiam. A partir do desdobramento dos problemas ambientais o tema deixou de apresentar um caráter apenas corretivo e se tornou requisito fundamental nas empresas e organizações.

São utilizados instrumentos específicos na aplicação da gestão ambiental nas empresas. Entre eles, estão os instrumentos de comando e controle, que visam limitar e condicionar o uso de bens, a fim de evitar as ações que degradam o meio ambiente, e os instrumentos fiscais, que são de ordem econômica e visam controlar o comportamento de pessoas e organizações, aplicando medidas que ofereçam benefícios ou custos adicionais a esses agentes. Este instrumento é executado por meio de isenções e reduções de impostos, que tem por objetivo incentivar práticas ambientais positivas, ou pela cobrança de tributos ambientais, que visam penalizar os causadores de algum tipo

de degradação ambiental. Para o empresário, os custos da empresa devem ser os mínimos possíveis, para que ela tenha seus lucros maximizados. Neste sentido, os instrumentos de ordem econômica são considerados os mais aptos a influenciar em um comportamento mais adequado por parte das empresas e instituições.

O sistema de gestão ambiental surge como o conjunto de diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento de uma gestão ambiental. Segundo Barbieri (2007), um sistema de gestão ambiental requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados. Deve ser formulado a partir de políticas ambientais, que devem ser estabelecidas pela alta administração da organização. De acordo com o autor, “*a política ambiental estabelece os níveis de responsabilidade e desempenho ambiental requeridos pela organização, pelos quais todas as ações subseqüentes serão julgadas*”. (BARBIERI, 2007, p. 170).

A avaliação dos impactos ambientais atuais e futuros também constituem elementos essenciais de um sistema de gestão ambiental. Entende-se por impacto ambiental qualquer mudança no ambiente natural decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto. Essa conclusão é divulgada através do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). Além disso, as auditorias do sistema de gestão ambiental são imprescindíveis para o seu sucesso, já que avalia o desempenho do SGA de uma empresa em conformidade com os objetivos e as metas propostas anteriormente pelas políticas ambientais.

A partir deste estudo, conclui-se que a fase inicial da gestão ambiental empresarial assume um caráter corretivo, já que as exigências estabelecidas pela legislação são encaradas como problemas a serem resolvidos pela empresa, gerando assim um custo adicional. Na fase seguinte, as soluções ambientais são encaradas como meios para aumentar a produtividade da empresa, sendo para isso necessário rever os produtos e processos para reduzir a poluição, além de reutilizar e reciclar o máximo possível de resíduos, minimizando os impactos das ações empresariais sobre o meio ambiente.

A conscientização da sociedade em geral e das empresas só foi possível diante de uma abordagem massiva dos problemas ambientais pelos meios de comunicação. Os problemas sempre existiram, mas a partir do momento em que cresce o interesse da opinião pública pelo tema, esses problemas adquirem uma dimensão bem maior. O indivíduo consciente passa a cobrar mudanças e posturas ambientalmente corretas dos

governos e principalmente das empresas e organizações. Por outro lado, a comunicação gerada no sentido empresa – consumidor contribui para estreitar o relacionamento institucional e para divulgar as ações das empresas que agem no sentido de otimizar a questão ambiental.

3 – COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL

Diante do fenômeno da globalização, das novas tecnologias e do surgimento de uma nova forma de sociedade, a maior parte das empresas, seja ela de grande, médio ou pequeno porte, já admite a importância da comunicação para o sucesso das organizações. Para Gaudêncio Torquato:

“A comunicação, enquanto processo, dá vida, por meio do encadeamento das partes, à empresa. Uma empresa se organiza, se desenvolve, enfim, sobrevive, graças ao sistema de comunicação que ela cria e mantém.” (1986, p. 16)

3.1 – Histórico da Comunicação Organizacional no Brasil

A comunicação nas organizações começa a tomar forma a partir da Revolução Industrial. Os novos modelos de produção, que surgem a partir da automação das indústrias, trazem como consequência a necessidade de uma mudança radical nas relações entre empregados e empregadores. Além disso, as empresas começaram a sentir a importância de se tornarem mais competitivas diante do rápido crescimento do número de concorrentes. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa aumentou o fluxo de informações, dando origem a um consumidor mais exigente, além do operariado mais consciente de seus direitos perante às organizações. Surge assim a necessidade de se estabelecer um relacionamento mais próximo com seus públicos, prestando informações e esclarecendo acerca de suas políticas e ações. A criação da ABERJE – Associação Brasileira dos Editores de Revistas e Jornais de Empresa, em 1967, é considerada o marco inicial da comunicação organizacional no Brasil.

“A década de 1970 sinaliza para algumas mudanças importantes quanto à implantação de uma cultura de comunicação nas empresas. Os profissionais começam a chegar e, pouco a pouco, fica visível a importância do mercado de comunicação empresarial. “A maioria das empresas privadas, de médio e grande porte, cria áreas de comunicação ou recruta profissionais para desempenhar atividades específicas.” (BUENO, 2003, p. 5)

O fim da ditadura militar e o restabelecimento da democracia no Brasil consolidam nas empresas a necessidade de serem transparentes e de estreitar as relações com seus públicos. Para Kunsch (1997), a comunicação organizacional passaria, sucessivamente, por uma era do produto (década de 1950), da imagem (década de 1960), da estratégia (décadas de 1970 e 1980) e da globalização (década de 1990).

3.2 – Conceitos de Comunicação Organizacional

Kunsch (2002) afirma que o termo comunicação organizacional abrange todo o espectro das atividades comunicacionais que ocorrem dentro de determinada organização – seja ela pública, privada, sem fins lucrativos ou ONGs – e diz respeito às pessoas que integram a uma organização ou que estejam, de alguma maneira, ligada à ela.

De acordo com Torquato (1986), a meta final da comunicação organizacional é gerar consentimento entre as partes de uma empresa e aproximar os empregados daquilo que se está querendo transmitir.

Para Kreeps, consagrado autor norte-americano, entende-se comunicação organizacional como:

“O processo pelo qual membros conseguem informações pertinentes sobre sua organização e mudanças que nela ocorrem. A comunicação ajuda os membros da organização, tornando-os capazes de discutirem experiências organizacionais críticas e desenvolverem informações relevantes que desmistificam atividades organizacionais e mudança organizacional.”
(KREEPS apud KUNSCH, 1997, p. 68).

A comunicação organizacional é para Kunsch (2003), a ferramenta que vai manter a organização em funcionamento. Mas é preciso primeiramente desfazer-se do mito de que a comunicação pode operar milagres. É necessário que seja compreendida em suas diversas formas e processos.

Kunsch (2002), a comunicação organizacional compreende em si quatro tipos de comunicação: a comunicação administrativa, a comunicação interna, a comunicação mercadológica e a comunicação institucional.

A **comunicação administrativa** é assim definida por Kunsch:

“Comunicação administrativa é aquela que se processa dentro da organização, no âmbito das funções administrativas; é a que permite viabilizar todo o sistema organizacional, por meio de uma confluência de fluxos e redes.” (KUNSCH, 2002, p. 152).

Esse tipo de comunicação é fundamental para o processamento das informações no âmbito das funções administrativas internas e externas em relação a diversos públicos. A comunicação aqui viabiliza o processo administrativo de transformação de recursos em produtos e resultados. Para isso, relaciona-se aos níveis, fluxos e redes de comunicação.

Os níveis de comunicação são classificados como intrapessoal, que estuda o comportamento do indivíduo separadamente; interpessoal, que além de estudar as variáveis de cada indivíduo, analisa as relações com os outros indivíduos envolvidos no ato comunicacional; organizacional, que trata dos fluxos que ligam os membros da organização entre si e com o ambiente; e o tecnológico, que diz respeito aos equipamentos utilizados para armazenar e transmitir as informações que circulam dentro desta organização.

Os fluxos de informação estão relacionados à forma como a comunicação se dá dentro da organização. O primeiro deles é o fluxo descendente, onde a mensagem parte do superior em relação ao subordinado. Para Torquato (2004), esse tipo de comunicação é gerado, freqüentemente em excesso, ocasionando entupimento dos canais. Em seguida, temos a comunicação ascendente, onde o subordinado é o emissor no processo comunicativo, cabendo ao superior o papel de receptor da informação. Já na comunicação horizontal, ocorre a comunicação entre pessoas com atribuições equivalentes, de posições hierárquicas semelhantes. Este processo todo se dá dentro das redes formal e informal de comunicação. A formal se caracteriza por todas as manifestações oficiais que regem os objetivos, as normas e as responsabilidades dos integrantes da organização. Já a informal diz respeito a comunicação que se dá de forma espontânea entre os integrantes da organização e que muitas vezes dá origem à famosa rede de boatos. Para Kunsch (2002), a organização pode encarar a comunicação informal de uma maneira positiva e construtiva, como uma forma de facilitar o convívio e a gestão de pessoas.

É nesse contexto que aparecem as dificuldades do processo comunicativo. Nem todos os esforços em se gerar a comunicação obtêm sucesso. Segundo Kunsch (2002), as barreiras da comunicação organizacional são as maiores responsáveis por afetar o entendimento do ato comunicacional. Entre elas estão as barreiras pessoais, onde aspectos de personalidade individual, de emoções e de valores afetam o entendimento do indivíduo diante de determinada informação, as barreiras administrativas, que dizem respeito às formas que as organizações utilizam para transmitir suas informações, e o excesso de informações, que geram a sobrecarga e as comunicações incompletas.

Torquato (2004) acrescenta ainda que fazem parte da comunicação administrativa os conteúdos relativos ao cotidiano da administração, que tem finalidade de orientar o fluxo das atividades funcionais: papéis, cartas internas e memorandos. Para o autor, encontra-se na comunicação administrativa a maior fonte de problemas e ruídos das organizações. Entre as principais causas destes problemas, ele destaca a falta de conhecimento pleno da organização, o excesso de informações, a falta de especialistas e a inadequação da linguagem e dos canais de comunicação.

A **comunicação interna** seria, na visão da autora, o setor que tem como objetivo principal viabilizar a interação entre a organização e seus empregados. É uma ferramenta que visa à harmonia entre os interesses da empresa e os interesses dos empregados. É preciso, para isso, estimular o diálogo e a participação ativa dos funcionários, bem como a transmissão correta de informações. Deve-se focar o bem coletivo e não o bem individual. Através da comunicação interna, a organização deve buscar a valorização do seu funcionário. Isso irá, sem dúvida, refletir na produtividade do empregado, além de reforçar nele uma imagem positiva da organização.

De acordo com Torquato (2004):

“A missão básica da comunicação interna é contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de um clima positivo, propício ao cumprimento das metas estratégicas da organização e ao crescimento continuado de suas atividades e serviços e à expansão de suas linhas de produtos.” (TORQUATO, 2004, p. 54).

A mensagem a ser transmitida na comunicação interna deve estar adequada à realidade do empregado, em termos de interesse e em termos de linguagem. O sucesso desse processo comunicacional depende de como o funcionário vê tal estratégia

aplicada ao seu cotidiano, às mudanças que determinada atitude ou situação trará para a sua vida dentro da organização. Surge a necessidade de se compreender previamente os significados que o público interno atribui à empresa e o nível de conhecimento deste público. Sonegar informações para a comunidade interna pode acarretar graves problemas no clima organizacional e gerar graves crises que atrasam a produção.

“A comunicação interna permitirá que os colaboradores sejam bem informados e a organização antecipe respostas para suas necessidades e expectativas. Isso ajudará a mediar os conflitos e a buscar soluções preventivas.” (KUNSCH, 2002, p. 159).

Para tomar forma, a comunicação interna utiliza ferramentas como matérias institucionais (jornais, revistas, boletins, memorandos, murais), além de outros recursos, que vão desde conversas individuais com funcionários, caixas de sugestões, fluxo ascendente, até programas de promoção profissional.

Para Kunsch (2002), **comunicação mercadológica** é todo o esforço comunicativo que tem por objetivo a divulgação de produtos ou serviços de uma empresa. Utiliza de mensagem persuasiva, que é elaborada a partir de um estudo do perfil do consumidor-alvo, que se dá através da realização de pesquisas de mercado e de produto.

O *mix* da comunicação compreende as ferramentas utilizadas na comunicação mercadológica: propaganda, promoção de vendas, merchandising, feiras e exposições, marketing direto, vendas pessoais, forças de vendas. Esse *mix* é desenvolvido em uma atuação conjunta das áreas de marketing e de comunicação.

“A comunicação mercadológica objetiva promover a troca de produtos e/ou serviços entre produtor e consumidor, procurando atender aos objetivos traçados pelo plano de marketing das organizações, cujo escopo fundamentalmente se orienta para a venda de mercadorias destinadas aos consumidores, num determinado espaço de tempo: apóia-se a publicidade comercial, na promoção de vendas e pode, também, utilizar-se, indiretamente, das clássicas atividades da comunicação institucional.” (TORQUATO apud KUNSCH, 2002, p. 163).

3.3 – Comunicação Institucional

Dentro do conceito de comunicação organizacional, a comunicação institucional:

“É a responsável direta, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção e formatação de uma imagem e identidade corporativa fortes e positivas de uma organização.” (KUNSCH, 2002, p. 164).

A comunicação institucional atua no lado público das organizações e tem por objetivo principal a construção da personalidade da corporação. Trabalha diretamente com as definições de missão, visão e valores de uma organização. Para isso utiliza instrumentos específicos: as relações públicas, o jornalismo empresarial, a assessoria de imprensa, a editoração multimídia, o marketing social e cultural, a propaganda institucional e a imagem e identidade corporativa.

Para Kunsch (2002), às **relações públicas** cabe o papel de delinear e gerenciar a comunicação institucional. É a responsável direta pela construção e fixação da credibilidade da organização e por seu posicionamento perante o imaginário dos públicos. Atua em conjunto e organizando as outras ferramentas da comunicação institucional.

O **jornalismo empresarial** é, para Kunsch (2002), um subsistema do sistema jornalístico que se insere no macrossistema da comunicação social. De acordo com Torquato (1986), o jornalismo empresarial é responsável pela produção de periódicos, *press-releases* e pela disseminação de informações para a imprensa.

A **assessoria de imprensa**, área que freqüentemente gera discórdia entre jornalistas e relações públicas em relação a quem deve executá-la, é a responsável por fazer a mediação entre a organização e o grande público e a opinião pública, através dos veículos de comunicação de massa: jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, outdoors, e também pela internet.

A **editoração multimídia** diz respeito aos produtos da comunicação, sejam eles impressos, eletrônicos ou digitais. Abrange os sites, encartes institucionais, revistas, manuais e CD-ROMs.

Entende-se por **marketing social e cultural** os esforços de se promover um produto social e um projeto cultural, respectivamente. Para Kunsch (2002), este produto

social pode ser a proteção ao meio ambiente, o incentivo e a defesa da educação, campanhas de saúde pública e de segurança. Aqui, segundo a autora, o interesse não é particular, mas público. Visa à conscientização da sociedade perante determinada causa social. Já em relação ao marketing cultural, para Torquato (1986):

“Inegavelmente, este tipo de marketing é um elemento da estratégia de comunicação corporativa e visa, sobretudo, à promoção, defesa, patrocínio e valorização dos bens e padrões culturais, sejam de cunho literário, científico, artístico, sejam de natureza educacional, esportiva e/ou assistencial” (TORQUATO, 1986, p. 93).

No Brasil especificamente, o marketing cultural é uma área que vem crescendo muito dentro da comunicação das organizações, devido às leis de incentivo fiscal que beneficiam as organizações que praticam este tipo de marketing.

A **propaganda institucional** tem o papel de divulgar as ações de uma organização. Diferencia-se assim da propaganda ou publicidade comuns, que tem por objetivo principal a divulgação de produtos ou serviços. O seu conteúdo deverá ser o mais informativo e verídico possível.

“A propaganda institucional consiste na divulgação de mensagens pagas e assinadas pelo patrocinador, em veículos de comunicação de massa, com o objetivo de criar, mudar ou reforçar imagens e atitudes mentais, tornando-as favoráveis à empresa patrocinadora. A publicidade institucional ganha cada vez mais espaço, exercendo muitas vezes um papel estratégico na construção de uma marca e de um conceito institucional”. (TORQUATO apud KUNSCH, 2002, p. 175).

A **imagem** e a **identidade corporativa** são, basicamente, os objetos da comunicação institucional. Muitas vezes esses dois conceitos são confundidos ou utilizados de maneira inadequada.

Para Kunsch (2002), imagem é o que passa na mente dos públicos, no seu imaginário, enquanto identidade é o que a organização é, faz e diz. Imagem é tudo aquilo que é intangível, é a representação que determinada organização adquire na mente de um indivíduo. Para a autora, a identidade corporativa envolve aspectos

administrativos da organização, como sua estrutura, seu estatuto e o organograma de suas atividades. A construção da identidade corporativa abrangeria, para a autora:

(...) o que a empresa diz por meio de sua comunicação, o que ela realmente faz, em termos de comportamento institucional e de qualidade dos seus serviços e produtos; e o que dizem e acham dela seus públicos, mediante os meios de comunicação, manifestações, os rumores, etc. (KUNSCH, 1997, p.118).

Deve-se buscar a coerência entre o que a empresa realmente é e faz, e a percepção do público em relação a ela. Deve haver uma relação de verdade e semelhança entre a imagem e a identidade de uma organização. Esse é o papel principal das relações públicas dentro de uma instituição: obter a confiança dos públicos e harmonizar interesses em conflito.

“A comunicação da identidade corporativa (a comunicação institucional) “fala e cala” muito mais à faceta do cidadão que, cada vez mais, exige cidadania das empresas, corporações e instituições (das organizações, em síntese).” (KUNSCH, 1997, p. 144).

3.4 - Comunicação Integrada: o modelo ideal da comunicação.

A comunicação integrada, para Kunsch (1997), é aquela em que as diversas áreas atuam de forma sinérgica. Caracteriza-se assim pela junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação administrativa e da comunicação interna, que formam o composto da comunicação organizacional.

É de extrema importância a integração das atividades comunicacionais de uma empresa nos dias atuais. Fortalece-se, assim, a imagem e a identidade da instituição, resultado que seria difícil de ser alcançado através de uma comunicação fragmentada. Apesar das diferenças das áreas, a comunicação integrada deve buscar a harmonia das atividades. Para Kunsch (2002), o exercício da comunicação integrada trata-se de uma visão macro e estratégica, já que as ações táticas ficarão a cargo de cada subárea específica da comunicação.

A comunicação integrada permite que se estabeleça uma política global em função de uma coerência maior entre os programas, de uma linguagem comum e de um comportamento homogêneo, além de se evitarem as sobreposições de tarefas. Os diversos setores trabalham de forma conjunta, tendo ante os olhos os objetivos gerais da organização e ao mesmo tempo respeitando os objetivos específicos de cada um. (KUNSCH, 1997, p 115)

Os principais componentes da comunicação integrada são, justamente, os campos da comunicação institucional (relações públicas, jornalismo empresarial, assessoria de imprensa, editoração multimídia, propaganda institucional, marketing social e cultural, imagem e identidade corporativa). Como principal agente da comunicação institucional, define-se então papel do profissional de relações públicas o exercício da comunicação integrada dentro de uma organização. Segundo Kunsch (2002), o principal objetivo deste profissional no contexto da comunicação integrada é delimitar os públicos que se relacionam com a instituição. Depois dos públicos definidos, as relações públicas utilizam dois tipos de comunicação: a comunicação dirigida, que se dirige a públicos específicos, com linguagem adequada a cada um deles; e a comunicação massiva, que visa atingir um grande número de pessoas e para isso utiliza meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, TV e rádio.

O processo de globalização não afeta somente os campos político e econômico. A sociedade contemporânea exige mudanças de pensamento e de comportamento, e isso atinge também as organizações e suas formas de estabelecer a comunicação.

Além da formação de blocos econômicos e da expansão capitalista, a globalização traz consigo a necessidade de adaptação da comunicação organizacional. As novas tecnologias que advêm desse processo tem papel fundamental nessas mudanças. A internet, que proporciona a um indivíduo ter informações sobre o que acontece em todo o mundo, praticamente no momento em que os fatos acontecem, geram um novo consumidor, um novo público. Os cidadãos criam uma consciência maior a respeito dos seus direitos e passam a cobrar mais transparência das organizações em relação às suas ações. A comunicação surge então com a tarefa de gerenciar crises e conflitos que possam surgir desta relação, além de colocar a organização como agente de responsabilidade social e ambiental perante às necessidades emergentes da modernidade.

CONCLUSÃO

Concluimos que hoje, a sociedade apresenta uma maior conscientização a respeito dos temas ambientais. Esse progresso deu-se, primordialmente, pela evolução do movimento ambientalista, que alterou a relação que o homem tinha com a natureza. O que antes se estabelecia através de uma relação de dominação dos recursos naturais e do meio ambiente, agora adquire uma perspectiva de necessidade de preservação e de mudança no processo de desenvolvimento.

A emergência das ONGs e de outros organismos de preservação ambiental apresentam papel fundamental nessa mudança de comportamento. Conforme discutimos no primeiro capítulo, essas organizações não-governamentais exercem o papel de mediadoras, exercendo pressões sobre o governo e entidades competentes, além de chamar a atenção dos próprios e de toda a sociedade para os problemas ambientais existentes.

É a partir da década de 70 que os problemas ambientais começam a ganhar importância, com a realização das conferências ambientais organizadas pela ONU. A primeira delas, a Conferência de Estocolmo, acontece em 1972, na Suíça, e é considerada o marco inicial da tomada de consciência ambiental. Em seguida, foram realizadas as conferências Rio-92, na cidade do Rio de Janeiro e a Rio +10, na África do Sul. A Rio-92 adquiriu um grande projeção em termos de abordagem da mídia, o que fez dela a conferência com maior repercussão na opinião pública. Isso se deve ao fato de que, neste ponto, os problemas ambientais tinham se agravado de forma rápida, gerando o espanto da sociedade e o interesse pelo tema. Além disso, é da Rio-92 que resulta o documento que irá definir as diretrizes de desenvolvimento sustentável para o planeta: a Agenda 21.

Entre os grandes problemas ambientais que o planeta enfrenta hoje estão a questão da água, a problemática da energia e, o mais complexo e abrangente deles, o aquecimento global, que compreende o aumento da temperatura na superfície terrestre, além da elevação contínua do nível dos oceanos. É causado pela emissão de gases poluentes, oriundos principalmente da queima de combustíveis fósseis, estabelecendo uma relação entre este problema e a questão energética. É também este o tema mais

abordado pela mídia e de maior conhecimento da sociedade em geral, já que se faz sentir na prática os seus efeitos, com temperaturas anuais cada vez mais elevadas.

A busca por fontes alternativas de energia que utilizem fontes renováveis em detrimento das fontes não-renováveis, que constituem a maioria no modelo atual, é considerada um processo fundamental na busca do desenvolvimento sustentável do planeta. O Brasil apresenta vantagem nesse sentido, o que pode ser exemplificado pelo programa ProÁlcool, que visa substituir a gasolina derivada do petróleo pelo etanol, originado da cana-de-açúcar. Uma energia que além de limpa é mais barata e gera mais benefícios para o desenvolvimento do país.

O agravamento dos problemas ambientais exige uma nova postura da sociedade como um todo, mas principalmente dos empresários, já que as atividades das empresas, indústrias e organizações constituem os maiores agentes causadores de diversos tipos de degradação ambiental. A adoção de políticas ambientais e a aplicação de sistemas de gestão ambiental no cotidiano empresarial atuam de maneira decisiva na busca e efetivação de soluções para os problemas ambientais, em um âmbito local, nacional e global.

A comunicação institucional aparece como ferramenta estratégica na busca da consolidação da imagem corporativa e do estreitamento do relacionamento entre a organização e seus públicos. Para isso utiliza-se de ferramentas adequadas a cada tipo de público e de situação. A comunicação integrada se apresenta como o modelo ideal de comunicação nas organizações, oferecendo atuação sinérgica de todas as áreas da comunicação em busca de um objetivo como, que é fortalecer a imagem institucional perante a sociedade.

Neste sentido, a comunicação pode servir de instrumento de divulgação das ações ambientais praticadas pelas empresas. Além da comunicação externa, a comunicação interna deve ser adotada como um instrumento para ampliar a conscientização dos funcionários a respeito das políticas ambientais adotadas pela empresa, que devem ser seguidas por todos. Através de balanços sociais e ambientais, boletins informativos e páginas na internet, a organização pode divulgar sua política ambiental e suas práticas, no sentido de se posicionarem como empresas ambientalmente responsáveis.

Portanto, chegamos à conclusão que muito já foi feito em relação à problemática ambiental. Mas a sua resolução definitiva só será consolidada quando forem ultrapassados os obstáculos econômicos, políticos, sociais e culturais do modelo de

comportamento vigente. A globalização deve atingir todos os âmbitos da vida em sociedade, inclusive no que diz respeito à adoção de práticas ambientais globais. A busca pela construção de uma sociedade sustentável deve predominar diante dos conflitos originados pelos interesses individuais de países isolados, sejam eles desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento.

Assim, a comunicação, de forma geral e especificamente no âmbito institucional, deverá contribuir na busca pelo desenvolvimento sustentável e na consolidação de mudanças nas práticas ambientais das empresas e da sociedade como um todo. Deve utilizar sua eficácia e abrangência para o bem comum, na busca de soluções que visem uma mudança efetiva na problemática ambiental e torne a sustentabilidade dos recursos uma realidade para o planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – As estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BUENO, Wilson da C. A imprensa brasileira e a síndrome da erva daninha. In: *Comunicação & Informação – UFG / FACOMB*. Goiânia: v.6, n.2, 2003.
- BURSZTYN, Marcel (Org.). *Ciência, Ética e Sustentabilidade – Desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução termodinâmica à economia da sustentabilidade. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Org.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. pág. 319 a 331.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CESCO, Cleuza G. Gimenez. A atuação de relações públicas nas ações de responsabilidade social das organizações. In: *Comunicação & Informação – UFG / FACOMB*. Goiânia: v. 9, n. 2, 2006.
- CLARKE, Robin; KING, Janet. *O atlas da água: o mapeamento completo do recurso mais poderoso do país*. Tradução de Anna Maria Quirino. São Paulo: Publifolha, 2005.
- DUARTE, Lúcia. Ética Ambiental e comunicação: considerações pragmáticas. In: FREITAS, Ricardo F; LUCAS, Luciane (Org.). *Desafios contemporâneos em comunicação: perspectivas de relações públicas*. São Paulo: Summus, 2002.
- GORE JR., Albert Arnold “Al”. *Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global*. Tradução de Isa Mara Lando. Barueri: Manole, 2006.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2002.

- LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth: Vozes, 1998.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso – A história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1992.
- NOVAES, Washington. *A década do impasse – da Rio-92 à Rio +10*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo. Desenvolvimento Sustentável: conceitos e paradigmas de gestão ambiental. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: v. 17, n. 2, 1997.
- TORQUATO DO REGO, F. G. *Comunicação empresarial / comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.
- TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.